



MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE, REALIZADA NO DIA 18 DE ABRIL DE 2017.

Nº. 9/2017

Estiveram presentes para o efeito os eleitos: Francisco José Caldeira Duarte, na sua qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, António João Fernandes Colaço, António José Rosa de Brito e Paulo Jorge Maria do Nascimento, na qualidade de Vereadores, a fim de se efetuar a reunião extraordinária da mesma Autarquia, convocada em cumprimento do disposto no nº.1 do artigo 4º. do Regimento desta Autarquia.

Faltou a esta reunião o Sr. Vereador Carlos Alberto Camacho Guerreiro Pereira.

1. - ABERTURA:

Achando-se presente o número legal para se constituir em reunião, foi a mesma declarada aberta pelo Sr. Presidente da Câmara, pelas 14,45 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1º. - Relatório e Conta de Gerência relativos ao exercício de 2016.

2º. - 1ª. Revisão ao Orçamento e Opções do Plano de 2017.

3º. - Inventário e Cadastro Patrimonial do ano de 2016.

1º. - RELATÓRIO E CONTA DE GERÊNCIA RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2016:

Apresentou Sr Presidente o Relatório e Contas do Exercício relativos ao período que decorreu de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2016, para efeitos de discussão e votação, a fim de serem apresentados à Assembleia Municipal e posterior remessa ao Tribunal de Contas, conforme proposta que a seguir se transcreve, tendo prestado informação adicional relativamente à situação económico-financeira da Autarquia e dos resultados obtidos.

“Considerando que está concluído mais um exercício económico, relativo ao ano de 2016;

Considerando que com isso temos de apresentar a execução dos documentos previsionais (Opções do Plano – Plano Plurianual de Investimentos e Ações Mais Relevantes e Orçamento), aprovados em finais de 2015;

Assim, face ao exposto, e ao abrigo do disposto nos art.ºs 33º/1-i) e 25º/2-l) do Anexo I à Lei nº.75/2013, de 12 de Setembro, proponho a aprovação do presente Relatório e Contas e que se submeta os mesmos para apreciação e votação da Assembleia Municipal.”

Feita a análise e apreciação dos referidos documentos de gestão, o Sr Vereador António José de Brito, teceu algumas considerações, em termos gerais, quanto ao desempenho do ano anterior, considerando o resultado líquido negativo e justificou por escrito a sua posição com a seguinte declaração de voto:

“Declaração de Voto

A nota mais relevante do relatório e Contas de 2016 da Câmara Municipal de Castro Verde é o facto de, pelo terceiro ano consecutivo, a gestão da CDU apresentar um **Resultado Líquido do Exercício de 2016** que é **NEGATIVO** de **948.940,56 euros**.

Este quadro não deixa margem para dúvidas! Em três anos a Câmara soma **mais de UM MILHÃO E MEIO DE EUROS em resultados Negativos**:

ANO	Valor do resultado
2016	– 948.940,56 €
2015	– 200.851,35 €
2014	– 407.321,24 €
TOTAL EM TRÊS ANOS	– 1.557.113,10 €

Isto, a nosso ver, é muito mau e reflecte a má gestão da maioria da CDU que, objectivamente, não consegue administrar a autarquia com eficiência: **gasta mais do que aquilo que recebe!**

Estes resultados mostram muito bem a falência do modelo de gestão que a maioria da CDU construiu ao longo dos anos. Um modelo despesista e baseado, no lado da receita, nos impostos diretos e particularmente na Derrama da Somincor. Como essa receita baixou bastante, aí estão as dificuldades.

Vale ainda a pena assinalar que, pelo menos nos últimos três anos, o PS sempre alertou para esse modelo errado de gestão, baseado nas receitas da Derrama. Nesse contexto, chamámos a atenção para as consequências que daí resultariam se não houvesse uma alteração desse paradigma. Mas a maioria CDU nunca nos deu ouvidos, preferindo sempre criticar e diminuir o papel da oposição.

Ora, como se constata agora mais do que nunca, é o próprio presidente da Câmara que reconhece que a receita ***“pouco mais assegura que o funcionamento da Câmara”***. E isso, naturalmente, como assume também o senhor presidente, teve consequências muito concretas e más para Castro Verde: ***“A ausência de investimentos em obras de vulto e fundamentais para a melhoria da qualidade de vida do nosso concelho”***.

Na verdade, os números não enganam: o **valor muito fraco de 49,6% na execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI)** deixa-nos muito preocupados. Este é um resultado que deve embaraçar qualquer administração autárquica e, por isso, a maioria da CDU na Câmara Municipal não tem razões para qualquer satisfação. No entanto, e como sempre, “sacode a água do capote” e, ao invés de reconhecer a sua incapacidade, desculpa-se com o Governo e com os atrasos no Portugal 2020.

Compreende-se esta argumentação política, que aliás é a do costume: **a responsabilidade quando as coisas correm mal é sempre dos outros e nunca da gestão da CDU.**

Em 2016, repetimos o que diz o senhor presidente da Câmara, houve “***ausência de investimentos em obras de vulto e fundamentais para a melhoria da qualidade de vida do nosso concelho***”. E os números estão muito claros nas Contas do Exercício. O investimento municipal, por cada habitante do concelho, caiu de 220,99 euros em 2015 para escassos 109,89 euros em 2016. Na mesma linha, o investimento por cada quilómetro quadrado (km²) do concelho baixou de 2.817,80 euros para apenas 1.401,14 euros. Num e noutro caso, são reduções brutais, na ordem dos 50%.

Este é o (mau) retrato da gestão da CDU em Castro Verde.

Mas, permitam-nos a ironia, basta ler a nota introdutória assinada pelo senhor presidente para concluir que a responsabilidade não é (nunca é!) de quem manda na Câmara há 40 anos consecutivos. É do Governo do PS, que afinal não é tão bom como se chegou a pensar, e da União Europeia, que não disponibiliza os fundos comunitários que fazem falta. E já agora, dizemos nós, dos mercados de metal, que desvalorizaram o valor do cobre e prejudicaram a receita dos impostos pagos pela Somincor em Derrama.

E nós perguntamos:

A maioria da CDU tem alguma responsabilidade neste péssimo desempenho económico da Câmara Municipal de Castro Verde?

Claro que sim, a maioria da CDU é a única e exclusiva responsável!

E já é tempo de começar a assumir isso com toda a clareza, seriedade e respeito que todos os Castrenses merecem!”

O Sr. Presidente da Câmara, começou por perguntar ao Sr. Vereador se sabia qual o significado do conceito de **Resultado Líquido do exercício** ao que foi respondido que SIM!

Face às dúvidas com que ficou (dissipadas pela negativa com a entrega da Declaração de Voto, que confirma que efetivamente o senhor vereador não sabe do que é que está a falar) o Sr. Presidente permitiu-se dar algumas explicações:

“A demonstração de resultados de uma entidade reflete os acontecimentos (custos e proveitos) verificados ao longo de um exercício. São dados de natureza financeira e não de natureza monetária. Quer isto dizer que custos são diferentes de gastos e proveitos diferentes de recebimentos.

Na verdade a demonstração financeira para além dos custos monetários inclui também custos não monetários, tais como amortizações e provisões.

As amortizações correspondem ao custo pelo “consumo” de um bem de investimento, no seu período de vida útil.

Exemplo, a amortização de uma escola cujo investimento bruto seja de 250.000€ e tenha um período de vida de 50 anos terá um custo de amortização (não uma despesa) de 5.000 € no exercício. Mas para além desse custo, que não é despesa, a escola tem outros custos que correspondem a despesas, tais como limpeza, eletricidade, refeições escolares.

Um e outras somam nos custos. E se não tiverem proveitos todos estes custos vão diretamente a resultado líquido negativo.

Quando falamos de uma empresa esse resultado líquido é coberto pelos proveitos. Numa autarquia estes proveitos ou têm origem na venda de bens (por exemplo água) ou na prestação de serviços (por exemplo resíduos urbanos) ou ainda em transferências (participação nos impostos do estado). No caso da escola, afastada que está a receita pela prestação do serviço de educação, o custo tem de ser coberto pelas transferências recebidas. Representando os custos da educação um valor superior ao recebido nas transferências, temos um determinado valor que vai a resultados líquidos negativos.

Chamar a isto má gestão, é dizer que se têm alternativas! Quais?

- As famílias pagarem os custos da escola? Reduzir o pessoal não docente, retirar o aquecimento?
- Ou, e bem, reconhecer que o valor recebido pelas transferências é insuficiente.

Mas voltemos às **amortizações**. O valor de 1.782 mil euros apresentados na “Demonstração de Resultados” correspondem em grande medida à amortização de arruamentos, praças, jardins, estradas, infraestruturas de água e saneamento, equipamentos nas mais diversas áreas.

Como cobrir estes custos para ter resultados líquidos positivos? Deixar que fiquem esburacadas e sem valor líquido para não amortizarem? Espalhar parquímetros por todas as travessas para arrecadar uns trocos que anulem as amortizações? Ou reclamar uma maior participação nos impostos do Estado para que não se tenham resultados líquidos negativos.

Por outro lado a “Demonstração de Resultados” apresenta **custos extraordinários** de 530 mil euros. Este valor no essencial corresponde a duas rubricas: custo de componente de capital com a água e subsídios a instituições culturais, desportivas e sociais.

Que fazer para ter a propagada boa gestão traduzida em resultados líquido positivos?

- Aumentar o preço da água para cobrir integralmente o seu custo?
- Acabar com os subsídios a instituições e deixar o movimento associativo sem as condições mínimas para desenvolver a sua atividade?

Para concluir e como é do conhecimento público, o nível de receitas municipais baixou significativamente nos últimos anos, nomeadamente pela quebra acentuada da derrama cobrada e pelos atrasos sucessivos na concretização dos apoios comunitários. Estes factos, e não estamos a “sacudir a água do capote” também contribuíram em muito para os ditos resultados.

O Sr. Vereador quando afirma: “... *reflete a má gestão da CDU que, objetivamente, não consegue administrar a autarquia com eficiência: **gasta mais do que aquilo que recebe**.*”, está a mentir, de forma inconsciente ou deliberada.

Na verdade, em 2016, recebemos 9.961.255,50 € (Receita Bruta) e gastamos 9.347.721,86 €, ou seja, ficamos com um saldo positivo de 613.532,64 €.

Não perceber que “o resultado líquido negativo” corresponde efetivamente a um lucro social, cultural e de desenvolvimento democrático é confundir a missão de uma autarquia com a de um qualquer agiota.

Ou dito de outra maneira: **É falar demais sem saber do que se fala.”**

Posto isto o Sr. Presidente da Câmara determinou que se passasse à votação do Relatório e Conta de Gerência relativos ao exercício de 2016, tendo os mesmos sido aprovados por maioria, com a abstenção do Sr Vereador António José de Brito, ficando os mesmos documentos anexos à presente ata, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritos.

Mais deliberou a Câmara submeter os documentos ora aprovados à apreciação e votação da Assembleia Municipal nos termos da alínea i) do nº. 1 do artigo 33º da Lei nº.75/2013, de 12 de Setembro.

Ficam anexos à presente ata os documentos ora aprovados, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritos.

2º. - 1ª. Revisão ao Orçamento e Opções do Plano de 2017:

Submeteu o Sr. Presidente à apreciação da Câmara a proposta da 1ª. Revisão ao Orçamento e Opções do Plano do ano em curso, decorrente da necessidade de introduzir os saldos apurados na gerência do ano transato, assim como da necessidade de reforçar determinadas verbas conforme informação que prestou naquelas mais significativas, conforme proposta que a seguir se transcreve:

“Considerando a necessidade de se fazer uma revisão aos documentos previsionais do ano de 2017, para introdução do saldo da gerência de 2016 e que esta implica o reforço de algumas rubricas da parte da despesa.

Considerando que tal situação nos obriga a que formalmente precisemos de autorização do Órgão Executivo, cf dispõe o artº 33º/1 al. d) da Lei nº.75/2013, de 12 de Setembro.

Formalmente proponho que a Câmara Municipal, de acordo com o preceito legislativo, aprove na próxima reunião, a revisão nº.1 dos documentos previsionais de 2017 (Orçamento e Gop's) e que posteriormente a submeta à Assembleia Municipal para aprovação deste órgão.”

Posto isto, foi a proposta da 1ª. Revisão a efetuar ao Orçamento e Opções do Plano do ano em curso submetida a votação, nominalmente, tendo sido aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador António José de Brito, remetendo-a à Assembleia Municipal para efeitos de apreciação e votação.

Ficam anexos à presente ata os documentos ora aprovados, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritos.

3º. - INVENTÁRIO E CADASTRO PATRIMONIAL DO ANO DE 2016:

Submeteu o Sr. Presidente à apreciação da Câmara a seguinte proposta:

“Considerando que a Câmara Municipal tem de aprovar de acordo com o disposto no artº. 33º/1-i, do Anexo I à Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro, o Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município e respetiva avaliação, referente ao ano de 2016, elaborado de acordo com o ponto 2.8.1. – Inventário, do anexo ao Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de fevereiro, que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, adiante (POCAL), cujos documentos juntamos.

Considerando que devem os mesmos ser submetidos para apreciação da Assembleia Municipal, na sessão que se realiza no mês de Abril, nos termos do disposto nos artigos 25.º/2-l) e 27.º/2, do Anexo I à Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro.

Assim, face ao disposto, proponho a sua aprovação e posterior envio para apreciação da Assembleia Municipal.”

Apreciada a proposta, assim como os respetivos documentos anexos, submeteu o Sr. Presidente os mesmos a votação, tendo a Câmara deliberado por unanimidade e nominalmente, a sua aprovação, e submetê-los à apreciação da Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea i) do nº. 1 do artigo 33º Lei nº.75/2013, de 12 de Setembro.

Ficam anexos à presente ata os documentos ora aprovados, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritos.

APROVAÇÃO EM MINUTA:

Desta reunião se lavrou minuta, a qual foi aprovada, por unanimidade pela Câmara, para que produzam efeitos imediatos as respetivas deliberações.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS:

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião pelas 15,35 horas, da qual se lavrou a presente ata e submetida a votação foi aprovada e assinada por todos os membros presentes, assim como pelo Coordenador Técnico da Secção Administrativa, Fernando Colaço Sebastião, nos termos do nº.2 do artigo 57º.da Lei nº. 75/2013, de 18 de Setembro.